



SEXUALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES/AS E ESTUDANTES

SEXUALIDAD EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA: PERCEPCIONES DE PROFESORES Y ESTUDIANTES

SEXUALITY IN THE CLASSES OF PHYSICAL EDUCATION: PERCEPTIONS OF TEACHERS AND STUDENTS

Antonio Celio de Moraes¹

Mareli Eliane Graupe²

Josilaine Antunes Pereira³

RESUMO

O artigo objetiva analisar as percepções de professores/as e estudantes do Ensino Médio de uma Escola Itinerante no Sul do Brasil sobre a temática sexualidade nas aulas de Educação Física. Os principais referenciais teóricos são: Louro, Foucault, Furlani, Balestrin, Pereira, Altmann e outras/os. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e foram realizadas entrevistas focalizadas com quatro professores/as e seis estudantes. Os dados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo qualitativo de Mayring. Os resultados apontam que: a) o tema sexualidade ainda é considerado como um tabu; b) as/os estudantes buscam informações fora dos muros escolares; c) professores/as não se sentem preparados/as para abordar essa temática e apresentaram hesitação em função das famílias. Em síntese, há necessidade de discussões a respeito da temática em todas as áreas do conhecimento, e de políticas públicas que promovam essas reflexões nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Educação Física. Escola.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense. Professor na Rede Municipal de Educação de Lages, SC, Brasil.

² Doutora em Educação pela Universidade de Osnabrueck, Alemanha. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Pós-Graduação em Ambiente e Saúde na Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC.

³ Doutora em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC, Brasil.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar las percepciones de profesores de secundaria y estudiantes de una escuela itinerante del sur de Brasil sobre el tema de la sexualidad en las clases de Educación Física. Los principales referentes teóricos son: Louro, Foucault, Furlani, Balestrin, Pereira, Altmann y otros. La investigación tiene un enfoque cualitativo y se realizaron entrevistas focalizadas a cuatro docentes y seis estudiantes. Los datos fueron analizados según el método de análisis de contenido cualitativo de Mayring. Los resultados indican que: a) el tema de la sexualidad aún es considerado un tabú; b) los estudiantes buscan información fuera de los muros de la escuela; c) los docentes no se sienten preparados para abordar este tema y muestran dudas ante las familias. En resumen, se necesitan más discusiones sobre el tema en todas las áreas del conocimiento, y políticas públicas que promuevan estas discusiones en las escuelas.

PALABRAS-CLAVE: Sexualidad. Educación Física. Escuela.

ABSTRACT

The article aims to analyze the perceptions of high school teachers and students from an Itinerant School in southern Brazil on the topic of sexuality in Physical Education classes. The main theoretical references are: Louro, Foucault, Furlani, Balestrin, Pereira, Altmann and others. The research has a qualitative approach and focused interviews were carried out with four teachers and six students. Data were analyzed according to Mayring's qualitative content analysis method. The results indicate that: a) the topic of sexuality is still considered a taboo; b) students seek information outside the school walls; c) teachers do not feel prepared to address this issue and show hesitation due to families. In summary, there is a need for more discussions on the subject in all areas of knowledge, and for public policies that promote these discussions in schools.

KEYWORDS: Sexuality. Physical education. School.

Introdução

Este artigo reflete as percepções de estudantes e professores/as sobre sexualidade nas aulas de educação física de uma Escola Itinerante⁴ no Sul do Brasil. A temática faz parte do cotidiano das pessoas, às vezes é considerado como um assunto polêmico, que requer discussões e compreensões, principalmente no meio escolar.

⁴ Escola Itinerante, no caso estudado, refere-se ao deslocamento de professoras/es, materiais e estrutura física em um ônibus para o interior do município, levando a Educação Básica às/aos filhas/os das/os moradoras/es do campo. As aulas acontecem em núcleos, com duração de oito horas, em dias alternados, às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras de uma semana em um núcleo, terças-feiras e quintas-feiras no outro, com troca na semana subsequente. A Escola Itinerante foi criada no município em questão, no dia 18 de dezembro de 1984, conforme Processo 150/1984, da Secretaria Estadual de Educação e Conselho Estadual de Educação, e o Parecer do Conselho Estadual de Educação n. 471/1984, que aprovou e autorizou seu funcionamento a partir do ano de 1985. (Lages, 2023).

O tema ganhou mais espaço nas discussões educacionais nos anos 1990, quando gênero e sexualidade foram inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um tema transversal, cuja abordagem, sugere-se, em todas as áreas do conhecimento. Uma das premissas dessa inserção é de oportunizar a desmistificação desse e outros temas complexos, como forma de minimizar preconceitos e tabus entre professores/as, estudantes e comunidade escolar e sociedade

Uma das áreas do conhecimento pertinente para se pesquisar e identificar questões de sexualidade é a educação física, componente curricular do ensino básico. O objetivo deste artigo é analisar as percepções de professores/as de educação física e estudantes do Ensino Médio de uma Escola Itinerante sobre a temática sexualidade nas aulas de educação física.

A Escola Itinerante caracteriza-se uma alternativa para o meio rural, evitando o êxodo, substituindo estrutura física cara e encurtando distâncias, porém, a proposta de ensino e aprendizagem desta escola não fugiu às normas preconizadas pela Secretaria de Educação de Santa Catarina (SOUZA, CARON, 2015). Por se tratar de uma iniciativa que visava solucionar os problemas e necessidades dos sujeitos do campo, extinguir o êxodo rural e a evasão escolar, esse projeto adotou, então, uma programação curricular e calendários originais e próprios para os fins a que se destinava.

Este artigo está organizado em cinco seções: a primeira seção é composta pela introdução. A segunda seção aborda a sexualidade na escola e os conceitos de sexualidade e educação física. A terceira contempla os procedimentos metodológicos da pesquisa. A quarta apresenta os resultados e discussões dos dados da pesquisa com foco na temática da sexualidade enquanto conteúdo curricular nas aulas de educação física. A quinta e última seção intitula-se considerações finais.

Sexualidade na escola

A escola constitui-se um dos espaços no qual crianças e adolescentes manifestam relações diversas, apresentando questões recorrentes quanto à formação do sujeito e seu lugar na sociedade (Louro, 1997).

Em tese, a escola é lugar onde se pode discutir conhecimento, produzir diálogo e reflexão, portanto, privilegiado no que tange às discussões sobre gênero e sexualidade

com crianças e adolescentes (Guimarães, 1995). Através de suas normas, do uso do tempo, do espaço e das rotinas, a escola, desde sua origem, sempre esteve envolvida no processo de construção de gênero e de sexualidade, seja por sua negação, pelo confronto ou pela normatividade.

Para que a escola esteja preparada para essas discussões, há necessidade de envolvimento de muitas pessoas e organizações na produção de conhecimento, em intervenções e na elaboração de políticas públicas que incluam essas temáticas como centrais na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda assim, em muitos contextos escolares, esses temas não são vistos com “bons olhos”. Algumas instituições e profissionais da educação manifestam posição contrária, preferindo não dar vazão ao assunto para não incitar o que consideram indesejável, como se fosse possível abafar, desviar, adiar aquilo que já está, há muito, pulsando com força e intensidade tanto dentro quanto fora da escola (Balestrin; Soares, 2015).

Há que se perguntar, então, o que vem impedindo as discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar, sendo que desde 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam a necessidade de se trabalhar essa temática na escola. Os PCN constituem uma proposta curricular do Ministério da Educação (MEC) para que conhecimentos socialmente relevantes sejam contemplados em todas as escolas brasileiras, respeitando-se diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas (Brasil, 1997).

Dentre os temas transversais considerados nos PCN, destaca-se a Orientação sexual, que deve ocorrer de duas formas: a) dentro da programação: com atividades planejadas através de conteúdos transversais previstos no currículo e b) extraprogramação: toda vez que esse tema emergir no contexto escolar (Brasil, 1997).

Contudo, alterações no documento que resultou na aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) constituíram o início oficial de uma série de supressões e de tentativas de deslegitimar as discussões de gênero e sexualidade nos espaços educacionais conforme proposto nos PCN, que se consubstanciaram na exclusão das temáticas de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação.

Questões étnico-raciais, sexualidade e gênero são algumas das demandas governamentais identificadas nos PCN no final dos anos 1990 que, dentro do curso

Gênero e Diversidade na Escola (GDE), buscavam, por meio uma formação continuada, contribuir no que se refere aos saberes docentes.

A escola, lugar de conhecimentos, não pode se negar à discussão sobre gênero e sexualidade, porque a ignorância a respeito desses temas contribuiu para reprodução de um discurso normativo como proteção aos/às estudantes para que não sejam incentivados ao sexo e a vivência da sexualidade. Sintomaticamente, os discursos em destaque nas mídias e outros segmentos da sociedade, hoje se voltam para o combate à liberdade de expressão da sexualidade e do gênero (Balestrin, Soares, 2015, p. 49).

As identidades de gênero e sexuais, tanto as consideradas dentro das “normas” como as consideradas desviantes, são fortemente policiadas e produzidas por meio da escolarização. Assim, comentam Balestrin e Soares (2015) que, se por um lado professores/as e estudantes gays e lésbicas sofrem pressões particulares, por outro, a sexualidade “normal” deve ser, ao mesmo tempo e paradoxalmente, incentivada e contida.

Dessa forma, entende-se que a educação não se limita somente à escola. Atualmente, com os programas televisivos, com músicas, filmes e tantas outras formas de mídias se aprende sobre sexualidade, gênero, corpo e outros aspectos que nos constituem como sujeitos de uma determinada cultura, ou de “uma pedagogia cultural”, conforme destacam Balestrin e Soares (2015, p. 50). Nas suas palavras:

As pedagogias culturais são locais de produção de significados, são processos constituídos de práticas sociais, ao mesmo tempo em que organizam e regulam ideias e concepções sobre as ações possíveis e legítimas. São espaços que criam novos significados sobre família, sexualidade, gênero, raça, justiça, consumo, entre tantos outros, que normatizam e fixam as diversas instâncias da vida social, produzindo os sujeitos e suas identidades. (Balestrin; Soares, 2015, p. 50).

Neste contexto, faz-se importante que o trabalho da escola ajude a refletir e a debater valores, porque estes não são passados só pela família, mas por todos os outros meios, contudo, geralmente não são explicitados. O ideal seria que a família conseguisse dialogar com os membros sobre o que ela acredita e porque acredita nesse ou naquele conceito ou prática.

Ao longo da história foram atribuídos diferentes sentidos para a vivência da sexualidade e ao termo sexualidade. No Ocidente, de acordo com Pereira (2008), essa história remonta à antiguidade grega e romana, época em que se vivenciava uma liberdade

sexual, sem referência à noção de pecado ou da moral. Valorizava-se o prazer, e o sexo era atribuído tanto para a reprodução quanto para o amor, o prazer sexual e a sensualidade. O conceito começou a mudar com a ascensão do Cristianismo e, em decorrência, segundo Lima (1996, p. 38), “[...] construiu-se uma moralidade permanente mantendo a castidade ou o casamento reforçando a recusa do prazer sexual, reduzindo assim as práticas sexuais para limites estreitos dos interesses procriadores”.

No contexto em que vivemos, os resquícios da construção da sexualidade e do padrão de normalidade, elaborados sob a perspectiva do cristianismo, permanecem nas relações sociais em todos os contextos. Nos formativos, por exemplo, estão presentes no cotidiano dos sujeitos e precisam ser discutidos como forma de superação da “normalidade” que engessa as pessoas que frequentam instituições de ensino, bem como, em outros espaços.

Altmann (2001), ao conceituar sexualidade, situa esse tema no centro das discussões em diferentes instâncias, principalmente na escola, como assunto que está presente no cotidiano. Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais que a sexualidade se inscreve como tema transversal e, portanto, deve ser discutida nas escolas. Lembra a autora que o tema sexualidade passou a fazer parte das políticas públicas educacionais nas últimas décadas do século XX, como um discurso de poder do Estado que se impõe sobre o público, na medida em que passa a regular os sujeitos por meio da sexualidade.

A discussão de Altmann (2001), na perspectiva dos dispositivos de poder, situa questões políticas que estão por trás dos discursos do Estado e que influenciam nas discussões sobre sexualidade nas escolas brasileiras. Não se trata, no entanto, de um discurso generalizante, que aborde o significado da sexualidade e o modo como os/as estudantes lidam com esse tema.

Um conceito mais amplo de sexualidade desenvolvido por Foucault (2005, p. 55) ressalta que “[...] a sexualidade envolve prazeres corporais, os modos como os corpos vivem esses prazeres, a forma como se relacionam com o outro e como inventam e se reinventam nessa trama”.

Para Balestrin, que partilha dos conceitos de sexualidade e de dispositivo de Michel Foucault, aponta que a sexualidade é um “dispositivo histórico e contingente que reúne práticas sociais em torno do corpo, seus usos e prazeres. (Balestrin, 2007, p. 2).

Abordar o tema sexualidade é complexo na sociedade em que vivemos, por isso, geralmente quando o assunto vem à tona, ocorrem polêmicas, com opiniões controversas que divergem também nos conceitos. Falar sobre a sexualidade afeta conjuntamente a imaginação e está relacionada com a “fantasia, o impróprio e o ilícito” (Beraldo, 2003). Isso ocorre, porque tem sido associada à reprodução, aos órgãos genitais, caracterizando uma construção social que dita padrões de comportamento.

Para o Ministério da Saúde (Brasil, 2006), em seu caderno de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que abrange todos os gêneros e idades, esclarece acerca dos direitos sexuais e reprodutivos:

Sexualidade é muito mais do que sexo. Ela é um aspecto central da vida das pessoas e envolve sexo, papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução. A sexualidade é vivenciada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Em todas as sociedades, as expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que vão sendo aprendidas pelas pessoas desde a infância. A sexualidade envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas e nossa cultura. É importante buscarmos o autoconhecimento, para que possamos fazer as escolhas que sejam mais positivas para a nossa vida e para a expressão da nossa sexualidade. (Brasil, 2006, p. 22).

Conforme se observa, a sexualidade integra a personalidade das pessoas e se constitui como necessidade dos sujeitos, estando, desse modo, relacionada a todos os aspectos de sua vida. A sexualidade permite aos sujeitos, na intimidade, buscar o amor a partir do toque, da sensibilidade e da realização do desejo que exerce influência sobre “[...] pensamentos, sentimentos, ações e integrações e por isso influencia a nossa saúde física e mental” (Brasil, 2006).

Segundo Sayão (2006), a sexualidade faz parte da humanidade, e todos sabem sobre ela alguma coisa, mesmo que somente o vivencial. Logo, a vida do indivíduo está ligada a busca do prazer, que pode ir além do sexual, abrangendo o sentido da palavra para algo mais amplo, como a própria satisfação e plenitude dos sujeitos, ainda que momentânea.

Definir sexualidade resulta, portanto, numa tarefa extremamente complexa. De fato, dada a importância que assume no contexto da existência humana, a sexualidade surge imbuída num intrincado conjunto de dimensões, problemáticas e disciplinas diversas que se dedicam ao seu estudo.

A sexualidade pode ser vista tanto como o limite do aparato saber/poder/prazer quanto como seu excesso (Britzman, 2010). Assim, se a sexualidade é historicidade, trata-se de uma historicidade que produz o próprio objeto que Foucault (1985, p. 212) tem em mente, “[...] sujeito ao controle de outros e sujeito ao próprio autoconhecimento”.

Nessa concepção, a sexualidade é percebida como diferença. Sigmund Freud, conforme ressalta Louro (2010, p. 92), chamou-a de “nossa original perversidade polimorfa”, com a qual pretendia sugerir que o ser humano produzirá sexualidade a partir de qualquer coisa, e que a primeira sexualidade, produzida no início da vida, aparece antes mesmo que os sujeitos possam compreendê-la ou julgá-la.

A influência destes determinantes históricos se faz evidente nas mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais quando se alteraram cenários e processos de socialização sexual, que repercutiram nas normas sociais, atitudes e comportamentos relativos à sexualidade (Vilar, 2003). Neste contexto, há influência recíproca entre sexualidade e normas sociais, sendo ilustrativa, por exemplo, a evolução histórica no sentido da maior liberdade sexual e da emancipação feminina ter alterado profundamente as sociedades atuais, nomeadamente no que diz respeito às relações familiares.

Portanto, a sexualidade, segundo Caetano (2013, p. 46-7), assume:

Configurações e categorias fluidas, instáveis, inacabadas e, sobretudo, locais, a ampla divulgação e aceitação dessas categorias inscrevem-se em um contexto de crescente impacto da globalização econômica e social, em um mundo em que, cada vez mais, o que sucede em uma cultura tem grande influência sobre as demais.

Podemos dizer, então, que a sexualidade envolve a forma como os sujeitos lidam com seus prazeres e desejos. Nessa perspectiva é importante considerar o que as/os estudantes pensam a respeito dessas questões, quais são suas percepções a respeito de gênero e sexualidade e como se dão suas relações entre colegas durante as aulas de educação física.

Sexualidade e Educação Física

Buscamos apoio teórico no campo dos estudos de gênero e sexualidade na perspectiva pós-estruturalista para problematizar os conceitos de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e suas interlocuções com a educação física, uma vez que tais

temas se relacionam intimamente com o (des)conhecimento do “eu” e do “outro”, do corpo “perfeito” e do corpo “negado”, da integração ou do isolamento, ou seja, do reconhecimento ou da negação social, política e cultural dos sujeitos (Prado, Ribeiro, 2010, p. 402). Essas questões que abarcam gênero, sexo e sexualidades estão presentes no cotidiano escolar, e geram dúvidas, situações difíceis para professoras/es, estudantes, familiares e todas as/os profissionais envolvidos/as no processo educativo (Wolff; Saldanha, 2015). Ainda, para estes autores, há três categorias teóricas principais, três tipos de fenômenos que não devem ser confundidos, embora se relacionem intimamente:

1. O sexo, que normalmente se refere a características físicas e biológicas dos corpos que, na nossa sociedade, são classificados em machos (associados aos homens), fêmeas (associados às mulheres) e intersex (antigamente chamados de hermafroditas).
2. O gênero, que se refere aos aspectos culturais, históricos e sociais de como se classificaram as pessoas a partir das diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1990) e que categoriza as pessoas como femininas ou masculinas (cisgêneros), transgêneros (trans-homem, trans-mulher) ou não binárias e que também se relaciona com o que tem sido chamado de ‘expressão’ ou ‘papel’ sexual, ou seja, como as pessoas performatizam ou representam seu gênero.
3. A sexualidade ou orientação sexual, que se refere às práticas sexuais das pessoas, seja orientada para pessoas do sexo oposto (heterossexuais), para pessoas do mesmo sexo (homossexuais), para ambos (bissexuais), para pessoas trans (omni/pansexuais) ou para nenhum (assexuais). Essas três classificações podem se cruzar de formas variadas (Wolff; Saldanha, 2015, p. 30).

Conforme Wolff e Saldanha (2015), podemos perceber que o corpo é um fenômeno social e cultural, cheio de significados, que repercutem no imaginário social de gênero e sexualidade.

Entretanto, as dúvidas e questionamentos acerca dos sentimentos, afetividades ou sobre as visíveis diferenças corporais (constituição corporal, vestimentas, adornos ou modos de se auto-representar socialmente) (Louro, 2004) tornam-se temas centrais nas conversas dos/as estudantes. Assim, muitas/os professoras/es, por motivos diversos, acabam por não aproveitar essa iniciativa para buscar assuntos referentes à constituição cultural e social dos corpos (e seus desejos) para momentos de aula.

Dessa maneira, segundo Wolff e Saldanha (2015) o processo educacional abre grandes lacunas no que se refere ao reconhecimento da pluralidade cultural, uma vez que impossibilita a construção crítica do conhecimento e a reflexão sobre a arbitrariedade das tentativas de padronização social dos corpos, desejos e prazeres.

O termo orientação sexual, conforme Goellner (2010), contempla as diversas formas de viver a sexualidade, dando significado à orientação que cada sujeito segue em relação à própria sexualidade. Nesse sentido, a sexualidade deve ser entendida como algo que envolve diversas crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas. Assim, homens e mulheres são permitidos a viver seus modos, desejos e prazeres corporais (Goellner, 2010).

Vale lembrar que uma mesma pessoa, ao longo de sua vida, pode apresentar mais de uma identidade sexual, ou seja, ser heterossexual, homossexual ou bissexual etc., reforçamos, então, com as palavras de Goellner, que: “Essas identidades são culturalmente construídas e, na nossa cultura, referem-se às formas como os sujeitos vivem sua sexualidade, que pode ser com pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou, ainda, com ambos os sexos” (Goellner, 2010, p. 76).

Segundo Louro (2002), há várias formas de viver os gêneros e as sexualidades. Esta autora faz crítica ao dizer que a escola tem obrigação de orientar suas ações por um padrão: havendo apenas um modelo adequado de viver a masculinidade e a feminilidade, e uma única forma de viver a sexualidade, que é a heterossexualidade. Fugir desses padrões significa sair do centro, tornar-se excêntrico no próprio meio em que vive e no qual se formou esse sujeito.

Ao trabalhar esses assuntos na escola, contudo, há certa rejeição ou dificuldade dos/as professores/as em trabalhá-los com as/os estudantes. Professores/as não se sentem confortáveis ao tratar sobre esse tema, e quando o assunto é novo ou diferente, a rejeição é caminho trilhado por muitos/as. Para Louro

Nós, educadoras e educadores, geralmente nos sentimos pouco à vontade quando somos confrontados com as ideias de provisoriedade, precariedade, incerteza – tão recorrentes nos discursos contemporâneos. Preferimos contar com referências seguras, direções claras, metas sólidas e inequívocas. (Louro, 2002, p. 1).

O processo de construção de gênero e sexualidade, tal como argumenta Louro (2004, p. 47), “é contrário, sempre inacabado e instável”. Além disso, a norma regulatória do gênero está para além da constituição e produção de subjetividades. O gênero tem se mostrado um sistema muito mais amplo, que se infiltra, de diversas formas, em práticas, objetos e produtos além dos sujeitos.

Desse modo, refletindo sobre as colocações da autora, entendemos que o gênero acaba por caracterizar-se como organizador fundamental da cultura. Assim, se olharmos para diferentes e pequenos contextos socioculturais, podemos observar que os mesmos são marcados pelo gênero.

O componente curricular de educação física também é marcado pelo gênero. Essas práticas desenvolvidas nas aulas de educação física são, ainda hoje, marcadamente organizadas a partir da cultura, como espaço e modo de diferenciar corpos, situar e marcar diferenças que se restringem à biologia, mas que estão profundamente enraizadas social e culturalmente, como se fosse algo natural pensar que meninos/adolescentes/estudantes/homens possuem condições físicas e biológicas que lhes permitam a prática de exercícios, a exposição da virilidade mediante o uso da força e da agilidade, condições inerentes ao sujeito do gênero masculino.

Para Sayão (2002, p. 57), quando se fala em educação física em geral, a tendência é a de pensar que essa área envolve “[...] um conjunto de práticas corporais pertencentes a um mundo reconhecidamente masculino”, no qual “[...] agilidade, virilidade e força são habilidades tipicamente masculinas concebidas a partir do isolamento do sexo como aparato biológico”.

Nesse sentido, são marcadas as diferenças para meninas/adolescentes/estudantes/mulheres a quem são oferecidas atividades apropriadas para a sua condição imposta pelo gênero feminino. Trata-se de uma construção cultural, a exemplo do que disse Simone de Beauvoir, de que somos construídas/os culturalmente homens e mulheres a partir de questões biológicas: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 2009, p. 361).

Sayão questiona os discursos construídos historicamente sobre os corpos das mulheres que foram considerados como “desdobramentos mal elaborados ou incompletos do masculino e que, portanto, apresentam debilidade e fragilidade” (Sayão, 2002, p. 65).

Culturalmente, existe um espaço do masculino e outro do feminino, e isso vem sendo marcado historicamente nas aulas de educação física nas escolas brasileiras, conforme ressaltam Oliveira, Macedo e Silva (2015, p. 75), ou seja, “[...] as aulas de Educação Física escolar são contornadas por diversas dificuldades em seu cotidiano, que perpassam qualquer conhecimento sobre o assunto, sendo a não participação das aulas práticas, uma das mais problemáticas”.

Sobre as dificuldades encontradas nas aulas de educação física Schwengber, Trevisan e Marzari. (2013, p. 179) apresentam um exemplo de sala de aula em que:

As meninas são maioria na turma e gostam das atividades propostas, de modo que são as primeiras a se organizarem e são elogiadas pela professora, por seu comportamento e desempenho. Os meninos oferecem muita resistência, pois querem apenas jogar futsal, debocham das atividades, dizem não fazer e que são ‘bobagens’.

Neste contexto, percebe-se que as relações de gênero estão, muitas vezes, marcadas por agressividade, xingamentos e falta de respeito, não sendo possível meninos e meninas tecer um diálogo aberto. Os meninos se impõem pela força de agressões e as meninas resistem e enfrentam para defender seu espaço. Essa não participação nas aulas práticas implica em pensar as questões socioculturais que englobam concepções sociais, segundo as quais há lugares específicos que podem ou não ser ocupados por corpos femininos.

Convém lembrar que, a partir do ano de 1980, surgem questionamentos com base em teorias, como as ciências humanas, situando os sujeitos em relação à cultura da qual fazem parte, e que essa cultura também determina corpo e movimento. Isso levou a unir meninos e meninas nas aulas de educação física.

Nesse contexto, surge também a questão de gênero como forma de discutir questões de igualdade entre homens e mulheres. Lembramos, ainda, que não foi somente na educação física que houve o ordenamento misto de estudantes.

Podemos pensar que nas aulas de educação física essas diferenças e os problemas delas decorrentes se tornam mais visíveis na medida em que existem pessoas com valores e conceitos que não aceitam a presença de meninas em determinadas atividades, e que os meninos se recusam a realizar atividades que não entendem como coisas de meninos.

Isso reflete não só uma questão cultural, mas também traz em seus fundamentos resquícios de teorias que embasam a educação nacional durante os séculos XIX e XX, principalmente o século XX, quando as escolas abriram suas portas para estudantes de diferentes classes socioeconômicas. Pode-se dizer que historicamente a diferença entre meninos e meninas nas aulas de educação física deve-se à tendência biologicista que marcou as Diretrizes Curriculares Nacionais no século XX, centrada em políticas sexistas. Importante ressaltar que estas vêm ganhando fôlego no meio político neste início do

século XXI, a exemplo das discussões travadas sobre as questões de gênero que acabam influenciando também os aspectos escolares.

Essa diferenciação, essa distinção que revoga a igualdade de gênero e que se nega a discutir as relações de gênero nas escolas, é importante afirmar que revela uma concepção histórica da sociedade e que precisa ser colocada em relevo:

[...] a construção da categoria gênero pode potencializar a percepção dessas desigualdades como construções sociais, tanto na escola quanto nas demais instituições sociais. Ao se considerar a categoria gênero, é possível ainda colocar em causa as tradicionais assertivas sobre o que é natural, no mundo, ao sentido do que é inato e instintivo, para cada um dos sexos. (Aquad, 2006, p. 138).

A despeito do esforço na diferenciação dessas identidades flutuantes, a teoria não tem a pretensão de criar um projeto novo de sujeito. Através dessas possibilidades, podemos vislumbrar apenas o caráter cultural e não fixo das diversas identidades que sugerem a propagação das diferentes formas de gênero e sexualidade. Como salienta Louro (2004, p. 24), “[...] não se trata pois de tomar sua figura como exemplo ou modelo, mas de entendê-la como desestabilizadora de certezas e provocadora de novas percepções”. Essa teoria questiona o predomínio da heterossexualidade como a identidade considerada “normal”, discutindo a forma como os processos discursivos de significação tentam fixar determinada identidade sexual. Segundo esse pensamento, para Silva (2003, p. 107): “Nós somos o que nossa suposta identidade define que somos o que se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e aos conhecimentos sexuais, mas que se estende para o conhecimento de identidade”.

Observar as diferentes identidades nas aulas de educação física também faz pensar na função do/a professor/a como mediador/a das interações possíveis nessas aulas. Se sua percepção quanto às questões de gênero for marcadamente sexista ou influenciada pelas tendências socioculturais da diferença entre homem e mulher, teoricamente suas aulas manterão um padrão de separação entre o que meninos e meninas podem ou não fazer.

Métodos

Procedimentos

Primeiramente, foi encaminhado o projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa, de uma Universidade da Serra Catarinense. Após a aprovação, a pesquisa foi realizada com estudantes e professoras/es. Em seguida, solicitamos a autorização da Secretaria Municipal de Educação para a realização da pesquisa na Escola Itinerante no interior do município.

O primeiro contato com professores/as e estudantes foi para apresentar a pesquisa, mediante encontro realizado na Escola Itinerante, no qual foi explicado o motivo e a metodologia da entrevista para coletar percepções sobre gênero e sexualidade. Foram apresentados o objetivo geral e os específicos e realizada a leitura e a entrega do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para assinatura e autorização dos/as responsáveis pelos/as estudantes menores de idade.

A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, tendo como base a pesquisa de campo, com entrevistas junto aos/as professores/as e estudantes para identificar as percepções desses sujeitos sobre sexualidade nas aulas de educação física do Ensino Médio de uma Escola Itinerante do Sul do Brasil.

A pesquisa desenvolveu-se por meio de entrevista focalizada, método que apresenta a possibilidade de um diálogo capaz de facilitar a interação entre duas ou mais pessoas. Trata-se de uma troca de informações que permite dar sentido à realidade que abrange os sujeitos (Flick, 2009).

Participantes

Participaram desta pesquisa quatro professoras/es e seis estudantes de uma Escola Itinerante do Sul do Brasil. Essa escola atende estudantes de comunidades rurais do Ensino Médio. Primeiramente, foram elaboradas questões orientadoras para as entrevistas e, na sequência, realizadas as entrevistas focalizadas com as pessoas.

Os/as seis estudantes participantes da pesquisa são moradores/as do meio rural de um município do Sul do Brasil, cujas comunidades são atendidas pela Escola Itinerante. São filhos/as de agricultores/as semianalfabetos/as, que trabalham em pequenas propriedades. A faixa etária dos/as estudantes está entre 15 e 19 anos de idade. Suas identidades foram mantidas em sigilo, utilizando no estudo os codinomes Tulipa, Tango, Antúrio, Astromélia, Crisântemo e Delfim.

Os/as quatro professores/as são graduados/as e com especialização na área de educação física. São casados/as e residentes na área urbana do município, no qual foi realizado o estudo. A faixa etária dos/as professores/as está entre 28 e 52 anos de idade. Esses sujeitos são identificados neste artigo pelos codinomes Cravina, Cravo, Íris e Flox.

Análise de dados

Quanto à leitura e interpretação do material coletado, seguiu-se o método de análise de conteúdo qualitativo, que é “[...] um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material – que pode variar desde produtos da mídia até dados de entrevista” (Flick, 2009, p. 291).

Resultados e Discussão

Sexualidade nas aulas de educação física

A escola representa um importante papel na vida social do indivíduo. Depois da família, constitui-se na primeira instituição que produz informações e conhecimentos. Conforme Klein e Pátaro (2008, p. 3), “[...] a educação escolar em sua dimensão cognitiva busca transmitir conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade; em sua dimensão socializadora permite que os sujeitos se integrem ao coletivo”. Historicamente, a relação entre escola e sociedade passou por algumas transformações, desse modo, refletir sobre as funções desta instituição em diferentes contextos torna-se importante, na medida em que se busca novos caminhos para a educação escolar, caminhos estes, articulados com a complexidade que caracteriza a atual sociedade.

Ao trabalhar com a sexualidade, a escola pode debater de forma crítica sobre gênero e sexualidade, pois, as atitudes dos/as estudantes no convívio escolar, o comportamento entre eles/as, as brincadeiras e versos inventados e repetidos transpiram sexualidade. Cabe, portanto, à escola estimular a concepção dos/as estudantes para o que é “certo” ou “errado”.

Conforme o professor Flox, “[...] vejo que falar sobre sexualidade na escola nos dias atuais é de grande relevância para o crescimento sadio dos nossos educandos, visto que são eles os disseminadores de tudo que aprendem nos bancos escolares e ao entorno dele”.

As disciplinas que fazem parte do currículo escolar podem oportunizar debates com os/as estudantes, conforme identificado na fala do professor Cravo:

Nas disciplinas de Ciências e Biologia, eles aprendem algumas coisas sobre aparelho reprodutor masculino e feminino e outros assuntos pertinentes. Agora nas aulas de Educação Física, eu procuro trabalhar sobre o tema com naturalidade, sem deixar ninguém constrangido. É importante falar sobre sexualidade para que desde cedo, todos se respeitem, e diminua o índice de violência e preconceito que ainda impera na nossa região.

A proposta dos PCN considera a sexualidade como um processo natural do ser humano, que se manifesta em todas as idades, sendo construída ao longo da vida. Ainda, entende que: “Além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas” (Brasil, 1997, p. 295). Destaca, também, que a sexualidade “[...] encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito” (BRASIL, 1997, p. 295).

O papel do/a professor/a consiste em orientar, desenvolver momentos de reflexão, discussão e estudos relacionados à sexualidade que possam auxiliar os/as estudantes em suas dúvidas. Desse modo, poderá contribuir na formação de cidadãos e cidadãs críticos/as e socialmente responsáveis.

Para a Professora Cravina:

Com certeza a escola deve abordar. Vejo que na escola os alunos sentem-se mais à vontade para fazer perguntas, tem mais liberdade [...] mesmo tendo alunos tímidos e retraídos, eles sempre têm curiosidades pra falar sobre sexo, sobre gênero, sobre sexo seguro, sobre gravidez e outros assuntos pertinentes. Como você citou, quando unimos os interesses, os conhecimentos entre família e escola, isso tudo facilita para nós educadores. Sou educadora e infelizmente na minha graduação não recebemos nenhuma instrução ou conteúdos sobre gênero [...] masculino [...] feminino [...], o pouco que sei adquiri nos cursos de formação continuada e assim, bem vagamente, bem superficial.

Conforme entende a mesma professora: “[...] com certeza a escola deve e tem que haver um projeto que favoreça estas questões, porque é importante principalmente nos dias atuais” (Cravina).

No relato dessa professora, observa-se que a função docente quanto ao tema abordado é a de buscar junto aos/às estudantes o que eles/as conhecem sobre sexualidade. Depois, responder suas dúvidas, curiosidades de forma simples.

Nessa perspectiva, conforme o Professor Cravo:

Falar sobre sexualidade na escola é certamente fundamental para nossos educandos. Mas falar sobre isso para alunos que vivem no meio rural é ainda mais complexo porque as famílias são bem tradicionais e praticamente não

falam sobre o assunto em casa. Temos que ter muito cuidado ao falar sobre sexualidade para que isso não chegue em casa de maneira distorcida ou que possa causar problemas entre pais e filhos.

A família é o primeiro espaço de socialização, portanto, antes do nascimento de uma criança é acionado um roteiro de como ser homem ou como ser mulher. Mas, conversar sobre sexualidade com crianças e adolescentes que vivem em comunidades rurais é uma tarefa árdua. Muitos/as pais/mães sentem-se constrangidos/as, e isso se alia à falta de conhecimento sobre o assunto e à cultura do campo, que, em tese, mantém por mais tempo valores tradicionais e a cultura do patriarcado.

Nesse contexto, “um olhar antropológico pode detectar e decifrar a presença silenciosa da cultura impressa nos gestos, palavras, olhares, atitudes, ações e relações cotidianas de um grupo” (Locks, 2016, p. 120).

A cultura é inerente ao ser humano, quando se fala de gênero e de sexualidade, quando se reporta aos sujeitos em suas identidades, a cultura da divisão, da atribuição de papéis a cada gênero se sobressai. Acentua-se essa realidade quando se trata da escola, da educação física e da educação realizada em escolas situadas no meio campesino, onde questões culturais se modificam mais lentamente. Nestas circunstâncias, em relação ao conhecimento dos/as estudantes sobre sexualidade, pode-se entender o posicionamento de alguns/mas, dos/as entrevistados/as, conforme destacado na sequência:

Então, foram poucos professores que abordaram esse assunto com nós na sala de aula. Mas, alguns que vieram nos avisar de como nos prevenir e sobre o assunto, eles foram tipo se especificando para que o assunto chegasse de uma maneira legal, e que nós conseguíssemos adquirir o conhecimento do que se tratava. [...] De como fazer um sexo seguro, quase não era citado em sala e nem em casa e ou outros locais. Às vezes, nas aulas de educação física a professora abordava (Antúrio).

Como fazer sexo seguro e se prevenir foi trabalhado na disciplina de biologia, no 1.º ano, foi falado somente em relação às doenças. [...] Conforme o que for, daí a gente conversa, mas se for alguma coisa muito “besterento” o professor corta, não deixa terminar. Na educação física a professora fala de modo geral, bem na nossa linguagem rs... rs... (Tango)

Em fazer sexo seguro? Já foi falado sim, uma vez como se prevenir das doenças e coisas assim, nas disciplinas de Ciências e Biologia. E daí, tivemos que estudar o corpo humano “coisarada” assim, né? Foi falado também em Sociologia, por causa que é tema do ENEM, né? Estava meio em alta tudo. Daí nós fizemos redação tudo, redação sobre esse tema. Ah, lembrei que nossa professora de educação física trouxe um vídeo sobre esse assunto e foi bastante interessante pra nossa turma (Astromélia).

As falas das/os estudantes Antúrio, Tango e Astromélia estão correlacionadas com a perspectiva da Educação Sexual “médico–biológica”. Isso caracteriza também reflexo

das políticas educacionais, cujos textos abordam a sexualidade e a identificam nessa perspectiva, a exemplo da seguinte afirmação: “[...] há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos menores” (Brasil, 1997, p. 292). Esse entendimento demonstra o quanto a sexualidade ainda se encontra nos aspectos biológicos, reduzindo-a a algo dado pela natureza, não sendo reconhecida a multiplicidade de suas dimensões, conforme o conceito de sexualidade apresentado nos PCN (Liz, 2016).

Ainda, nesta pesquisa, foi possível identificar outras perspectivas, como a dos Direitos Sexuais. De acordo com Furlani:

A Declaração dos Direitos Sexuais foi elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1997, em Valência (Espanha). Posteriormente foi revisada pela Assembleia Geral da Associação de Sexologia Mundial (*WAS – World Association for Sexology*), em 26 de agosto de 1999, e aprovada no 14º Congresso Mundial de Sexologia (Hong Kong, República Popular da China, de 23 a 27 de agosto de 1999). (Furlani, 2011, p. 24).

Os Direitos Sexuais são Direitos Humanos já reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais. Têm como objetivo assegurar, reivindicar e conquistar direitos como liberdade sexual, autonomia sexual e integridade sexual. No Brasil, o Ministério da Saúde legitima e reconhece estes direitos na Cartilha “Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais”, na qual considera o:

[...] direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições. Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual. Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças. Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física. Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual. Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras. Direito de ter relação sexual independente da reprodução. Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS. Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação. Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva. (Brasil, 2006, p. 4).

Nos PCN, são relacionadas recomendações a serem observadas pelas escolas de todo o país e, à época em que esse documento foi elaborado, o Ministério da Educação

tinha por meta ampliar as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas como forma de garantir uma formação cidadã. Também, buscava promover uma sociedade mais igualitária, distanciada do preconceito com relação às identidades de gênero, à diversidade e à sexualidade, esta última, principalmente, era considerada como um tabu.

Para o estudante Delfim:

Como fazer sexo. [...] Eles falaram, os professores falaram na Escola que [...] Sobre sexo seguro também. Daí tem que usar camisinha. Os preservativos, isso. Sexualidade foi na aula de educação física quando nós vimos um vídeo que a professora passou. Foi bem legal.

Segundo o estudante Crisântemo:

Foi, que eu lembrei na Escola, foi uma vez só, comentaram assim que entraram mais a fundo nesse assunto. Sexo seguro. Eu não tinha ido pra aula, só peguei mesmo o resumo. Foi comentado, sobre as doenças, como se prevenir, como pode mudar a tua vida e coisas assim. Uma aula de educação física, a professora passou um vídeo pra turma explicando mais direitinho sobre isso. Essas coisas assim e lá em casa a mãe sempre aconselha sobre como se cuidar, né? Sempre se prevenir, coisa assim [...]. Eu acho que sim. É bastante importante. Eu acho que esse papel é da mãe e do pai. Eu acho que a Escola tá ali pra ensinar, mas não sobre isso assim. Mas, o papel é do pai e da mãe.

Conforme Crisântemo, a temática da sexualidade deve ser abordada pela família. Esta narrativa do estudante demonstra uma perspectiva conservadora, que nos últimos anos foi reiterada por grupos neoconservadores e, que inclusive atacam e processam professoras/es que trabalham com gênero, diversidade e sexualidade nas escolas.

Observa-se que, nas aulas, “[...] falar de sexo com as crianças e adolescentes, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso: [...] tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação dos discursos” (Foucault, 2010, p. 33). Falar com os/as estudantes sobre Educação Sexual é ação que se configura a partir do interesse em controlar e normatizar o corpo, segundo padrões estabelecidos pelas Ciências e valores reificados (Liz, 2016). Como explicam Louro e Meyer (2013, p. 65), a escola disciplina e fabrica sujeitos por meio de:

[...] um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo que, estes reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades ‘escolarizadas’. (Louro; Meyer, 2013, p. 65).

Para a estudante Tulipa:

É sempre falado, né! Para se cuidar, se prevenir das doenças. Cartazes, trabalhos, foi feito bastante coisa sobre o tema doenças sexualmente transmissíveis. A professora de educação física e Biologia trabalharam

bastante sobre isso. Creio que ficou bem claro pra nós como devemos nos prevenir. Foi bastante proveitoso tudo que aprendemos sobre isso. Esclareceu muitas dúvidas. Em casa a mãe quase não fala sobre isso, acho que ela tem vergonha mesmo. Nem é falta de conhecimento, é vergonha de falar pra nós sobre essas coisas né!

Conforme as falas dos/as estudantes, buscou-se em Novak (2013, p. 27) que trabalhar a sexualidade na escola “[...] não significa incentivar a prática sexual, mas sim resgatar valores para a vida e desenvolver a autoestima”.

Nesta perspectiva, segundo Pereira “a aula de educação física é um dos momentos privilegiados da escola, em que os alunos experimentam uma multiplicidade de comportamentos, ao trabalharem sua corporeidade.” (2004, p. 17).

É importante lembrar que na disciplina curricular de educação física há possibilidades de abordar o tema da sexualidade, pois os/as profissionais podem a todo momento incluir nas aulas temáticas relacionadas ao corpo, aos gestos, comportamentos, estereótipos, papéis sociais ditos apropriados para cada gênero. Como por exemplo, jogos, brincadeiras, esportes, dança, ginástica, lutas, gincanas, podem servir de componente interdisciplinar que auxilia no desenvolvimento de projetos e debates relacionados à sexualidade na escola e na própria aula de educação física.

As orientações dos PCN são de que a sexualidade seja trabalhada, principalmente nas aulas de Ciências. Mas, como lembra Liz (2016, p. 111), nas orientações desse documento, “[...] a disciplina de Educação Física também aparece como um espaço privilegiado para trabalhar a Educação Sexual, pois possibilita através das práticas corporais, afetivas e sociais a estimulação da autonomia, da autoestima, do autocuidado e da mentalidade preventiva”.

No relato da professora Íris, conforme suas experiências, faz-se importante que a escola e o/a professor/a trabalhem nas aulas de educação física sobre sexualidade. Para essa professora:

Na verdade, assim, na minha prática cotidiana sempre trabalho com o tema sexualidade. Então assim, eu não vejo dificuldades para falar sobre isso. A Escola Itinerante tem uma prática diferente, né? Se você não consegue acompanhar o que os outros professores estão fazendo, normalmente você não acompanha muito, mas na minha prática principalmente sempre cuido desse tema sexualidade, sempre trabalho em forma de aula teórica com eles, disponibilizando vídeos, cartazes, slides e outras ferramentas para que as aulas se tornem mais atrativas e prazerosas. Algumas turmas a gente sente mais necessidade para trabalhar tais temas, pois o comportamento dos alunos requer a necessidade maior da abordagem principalmente sobre sexo.

A professora Íris trabalha com seus/suas estudantes problematizando a temática sexualidade com a área do conhecimento da educação física, especialmente para justificar aos familiares a relação entre as duas áreas. Usa materiais audiovisuais pedagógicos com conteúdos adequados para adolescentes. Segundo os relatos da professora Íris, as/os adolescentes demonstraram curiosidade e receptividade na discussão sobre sexo e sexualidade, pois muitas vezes, não possuem abertura para conversar com seus familiares sobre essa temática, conforme observamos em algumas narrativas acima das/os estudantes.

Também com relação ao trabalho dos/as professores/as sobre sexualidade na Escola Itinerante, entende-se que esses/as profissionais necessitam de formação continuada sobre a cultura das comunidades rurais.

No estudo apresentado por Silva (2010), há indicação de que, embora haja políticas que legitimem a abordagem da sexualidade na formação inicial de professores/as, ela ainda está ausente em muitos currículos. Quando aparece, o enfoque que lhe cabe é predominantemente conservador.

Para o professor Flox:

Atuar nas comunidades rurais onde a escola Itinerante leva aos filhos do homem do campo os mais diversos conhecimentos. É diferente. [...] Lá no interior tudo é diferente, as informações, muitas vezes, demoram a chegar devido ao acesso. Muitas famílias não possuem internet, os meios são mais lentos e, às vezes, nem chegam até nossos alunos. Então, a figura do professor é sempre bem recebida. Mas falar sobre sexo para alunos que vivem no meio rural é ainda mais complexo. Todo cuidado é pouco para abordar sobre sexualidade com esses sujeitos, pois podem causar desconforto entre filhos e pais. Na elaboração dos conteúdos cada início de ano letivo, contemplo a temática relacionada a sexualidade através de projetos possibilitando a todos os alunos expor suas dúvidas e angústias sobre o assunto. Percebo que existe ainda, resistência intrínseca nos educandos, visto que o assunto raramente é comentado ou debatido em casa pela família.

A narrativa do professor Flox aponta para a necessidade de a escola trabalhar a temática da sexualidade, considerando que a família raramente dialoga com seus/suas filhas/os sobre sexualidade. Essa percepção é contrária à afirmação do estudante Crisântemo, na qual alega que a escola não deve discutir esse assunto, pois o mesmo é responsabilidade da família.

Em síntese, as/os autoras/es citadas/os nesta pesquisa defendem a discussão da sexualidade no contexto escolar além de uma perspectiva meramente biologicista ou higienista. É importante que as/os professores/as possuam formação adequada para trabalhar a sexualidade na perspectiva do reconhecimento dos direitos humanos, dos

direitos sexuais e reprodutivos, do respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero e, ainda destacando os saberes sobre o prazer, o autocuidado e as formas de prevenção de violências sexuais e de doenças sexualmente transmissíveis.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo analisar as percepções de professores/as e estudantes sobre sexualidade nas aulas de educação física de uma Escola Itinerante do Sul do Brasil.

Ao concluir o estudo, constatamos que professores/as não se sentem preparados/as para discutir com seus/suas estudantes assuntos referentes à sexualidade na escola, principalmente nas aulas de educação física. Quando o fazem, repassam o que entendem por educação sexual a partir do senso comum, omitindo a questão dos sentimentos, que são manifestações típicas da sexualidade humana. Também, foi possível constatar que as/os professoras/es trabalham essa temática numa perspectiva biologicista.

A escola é uma instituição com papel de destaque na produção de representações sobre os corpos e a sexualidade. Sendo assim, torna-se importante a inclusão de outras abordagens sobre corpos no currículo da educação física, buscando a superação das perspectivas biologizantes sobre sexualidade.

Esta educação, ou “deseducação” sexual, não satisfaz as necessidades dos/as estudantes, não satisfazendo, também, suas curiosidades, angústias, ansiedades e dúvidas. Estes/as estudantes buscam informações em outros espaços, fora dos muros da escola e da família, de maneira informal, compartilhando sua intimidade e esclarecendo suas dúvidas em espaços que nem sempre são os mais apropriados.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 1-9, 2001.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006. 96 p.

BALESTRIN, Patrícia Abel. **Onde “está” a sexualidade?** Representações de sexualidade num curso de formação de professores, 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

BALESTRIN, Patrícia Abel; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. In.: **Retratos da Escola**. Escola em formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. ESFORCE, v. 9, n. 16, jan./jun. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Psicologia Escolar e Educação**. Campinas, v. 7, n. 1, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572003000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. p. 1-50. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011. Ministério da Educação. Portaria nº 1.612, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, n. 222, 21 nov. 2011. Seção 1, p. 67-68. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/servidores/portal/cadastro/PortariaMEC16122011NomeSocial.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Tradução dos artigos Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Traduzido por Selma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mitos e realidade. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.
- KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. Revista Cordis – **Revista eletrônica de história social da cidade**. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10312>. Acesso em: 20 de set. 2023.
- LIMA, Lana L. da G. Confissão e sexualidade. In.: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Lumará/ABIA:IMS/UERJ. 1996.
- LIZ, Daniele de Melo. **Sexualidade e regimes de verdade**: uma análise genealógica dos discursos. 2016. 142fp. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação. Universidade do Planalto Catarinense. Lages-SC, 2016.
- LOCKS, Geraldo Augusto. Cultura de fazenda e persistência do passado em práticas sociais contemporâneas na serra catarinense. In: PEIXER, Zilma Isabel; Carraro, José Luiz. **Povos do campo, educação e natureza**. Lages, SC: Grafine, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogia da sexualidade. Tradução dos artigos Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria de queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de pesquisa**, n. 87, p. 45-57, 2013.
- MAYRING, Philipp. **Einführung in die qualitative Sozialforschung. [Introdução à pesquisa social qualitativa]**. 5. ed. Weinheim: Beltz, 2002.
- NOVAK, Elaine. **Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual com adolescentes**. 2013, 38f. Monografia [Especialização em Ensino de Ciências] - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira, 2013.
- OLIVEIRA, Flavio; MACEDO, Romário; SILVA, Adson. Fatores associados a participação das meninas nas aulas de Educação Física: uma questão de gênero? **ACTA Brasileira do Movimento Humano – BMH**, v. 4, n. 5, p. 73-86, 2015.
- PEREIRA, Elcimar Dias. **Desejos polissêmicos: discursos de alunos/as mulheres negras sobre sexualidade**. 2008. [Dissertação de Mestrado] - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PEREIRA, S. A. M. **O sexismo nas aulas de Educação Física: uma análise dos desenhos infantis e dos estereótipos de gênero nos jogos e brincadeiras**. Tese (Doutorado em Educação Física) Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.
- SAYÃO, Yara. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.
- SAYÃO, Deborah Thomé. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da Educação Física. **Motrivivência**, n. 19, 2002.
- SILVA, Lucia Rejane Gomes. **Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política educacional**. 2010. Tese [Doutorado em Educação] - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SCHWENGBER, Maria Simone Vione; TREVISAN, Tatiana Bonfada; MARZARI, Taline. A construção das identidades entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física. **Lecturas Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 179, p. 1- 12, 2013.
- VILAR, Duarte. **Falar disso: a educação sexual nas famílias de adolescentes**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidade. **Revista da Escola**. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (ESFORCE). Brasília: CNTE, v. 9, n. 16., p. 29-46, jan./jun. 2015.

Recebido em setembro de 2023.

Aprovado em dezembro de 2024.